

## Felonia e proeza: a soberba e a inveja no universo moral do *Tristan de Béroul*<sup>20</sup>

Cláudia Regina BOVO<sup>21</sup>

A história de Tristão e Isolda foi por muito tempo fonte de inspiração e modelo para a expressão afetiva Ocidental. A experiência sentimental transmitida pelo romance ultrapassou o limiar da lenda para tornar-se um mito, que durante séculos propagou a fatalidade que circunda o amor-paixão. Como dizia Denis de Rougemont, “o amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, isto é do amor ameaçado e condenado pela própria vida”<sup>22</sup>. A temática do amor interpretada ora como transgressão pecaminosa, ora como sublimação da alma humana, encontrou terreno fértil de exploração junto ao *roman*<sup>23</sup> de Tristão, em especial nas duas versões: uma atribuída a Béroul (1160-1190) e outra a Thomas (1170-1200). Entretanto, muito mais que um discurso do amor, o *roman* de Tristão, nos oferece uma representação específica das relações sociais, cujo discurso a aristocracia laica criou e divulgou para si mesma, sensibilizando-se à diversidade do emprego de códigos partilhados com o restante da sociedade.

Optamos pela análise da versão atribuída a Béroul<sup>24</sup>, devido à percepção singular do disciplinamento social e suas conseqüentes implicações nos contornos das relações feudais do século XII. Béroul tratou de questões relevantes da experiência histórica laica, destacando além do relacionamento afetivo entre o homem e a mulher, a valorização da cavalaria, o matrimônio e as relações entre o poder monárquico e o poder senhorial. Ao desviar-se da glorificação de personagens perfeitos, o narrador destacou a humanidade deles, explorando seus vícios e virtudes, suas dúvidas e certezas, seus medos e sua coragem.

Nesta perspectiva, a problemática do pecado adentra o universo cortês do *Tristan* de Béroul de uma forma bastante específica: como elemento promotor do disciplinamento aristocrático, seja ao definir as posturas ideais esperadas do rei (Marcos), do cavaleiro (Tristão) e dos barões (traidores), seja ao determinar os vícios (soberba, avareza, inveja e luxúria) geradores da má conduta; e como elemento que promove a interiorização das relações sociais, ao destacar o consentimento e o comprometimento íntimo como necessários para validar ações e compromissos<sup>25</sup>. Como bem afirmou Casagrande “a vida social parece dirigida em todos os níveis e em todos os seus mecanismos por esse laço de solidariedade criminoso”<sup>26</sup> que, especificamente, no ambiente cortês torna-se fecundo devido às intensas disputas de poder características do período feudal.

A corte da Cornualha é o cenário de desenvolvimento do *Tristan* de Béroul. Caracterizada pelo espaço da sociedade organizada segundo regras e tradições, nela vive o

<sup>20</sup> Trabalho orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Néri de Barros Almeida com financiamento da Capes.

<sup>21</sup> Mestre em História pela UNESP/Franca, Professora da Universidade de Franca (UNIFRAN).

<sup>22</sup> ROUGEMONT, D. *O Amor e o Ocidente*. Lisboa: Moraes, 1982, p. 13.

<sup>23</sup> Forma poética narrativa escrita em língua vulgar, composta em octossílabos rimados e não assonantes, que surgiu na segunda metade do século XII, primeiro na França depois na Alemanha. Cf. ZUMTHOR, P. Y a-t-il une ‘littérature’ médiévale? *Poétique*, n. 66, avr. de 1986, p. 131-139 e Idem. *A letra e a voz*. A literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>24</sup> BÉROUL. *Le Roman de Tristan*. Paris: Association de Bibliophiles Universels, 1999. Disponível em: <http://abu.cnam.fr>. Acesso em: 13/01/2002. J-C. Payen organizou uma tradução bilingüe (francês antigo/francês moderno) da versão de Béroul e das outras quatro versões conservadas do século XII, são elas o *Tristan* de Thomas, a *Folie* de Berne, a *Folie* de Oxford e a *Chevrefeuille* de Marie de France. Cf. Payen, J-C. (ed.). *Tristan et Yseut*. Paris: Bordas, 1989. (Classiques Garnier).

<sup>25</sup> Hunt trabalha as aproximações entre a doutrina do *consensus* de Abelardo e o *Tristan* de Béroul, destacando a interiorização de noções importantes como a de consentimento e de comprometimento. HUNT, T. Aberladian ethics and Béroul’s *Tristan*. *Romania*, t. 98, n. 392, 1977, p. 501-540.

<sup>26</sup> CASAGRANDE, C; VECCHIO, S. Pecado. In: LE GOFF, J; SCHMITT, J-C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. v. 2. São Paulo: Edusc, 2002, p.337-351.

homem reconhecidamente “civilizado”, conhecedor da cortesia<sup>27</sup> e das determinações da feudalidade<sup>28</sup>. Mas, o ambiente não está livre dos vícios humanos, sobretudo porque estes fazem parte da natureza humana, contaminada originalmente desde a queda do paraíso.

Aparentemente, a proliferação dos pecados capitais no *Tristan* está relacionada ao vínculo afetivo existente entre Tristão e Isolda, considerado um delito desonroso e vergonhoso, por ela ser oficialmente casada com o rei Marcos, tio e senhor de Tristão. Como elemento produtor da instabilidade do reino, o amor entre os dois gera a maledicência dos barões, a desconfiança e o descontrole (cólera) do rei. Porém, observando mais atentamente, apesar de Béroul destacar a oficialidade do vínculo entre Isolda e o rei Marcos, ele não condena como ilegítima a relação afetiva entre Tristão Isolda, uma vez que considera os dois inocentes do desejo que os perturba<sup>29</sup>.

O adultério foi um crime amplamente combatido durante a Idade Média, tanto no ambiente laico, quanto no ambiente eclesiástico. Para a Igreja sua prática era tão repelida quanto a do incesto. E a aristocracia laica via nele a conseqüente desestabilização das parentelas, por produzir discórdias entre herdeiros e ameaçar o patrimônio de bens de certa casa ou linhagem. No entanto, no caso do *Tristan*, não é o adultério e sua devassidão proveniente que ocasionam o desequilíbrio social da corte da Cornualha. Antes disso, o problema parece ser puramente de ordem moral, ocasionado pela conduta viciosa daqueles que compõem a mesnada de Marcos.

Num grupo construído a partir do ambiente masculino da feudalidade no qual relações de dependência e solidariedade são firmadas para sustentarem a legitimidade e a autoridade do senhor sobre seu território e sobre seu próprio grupo, a integridade de seus participantes é requisito fundamental. Neste caso, Béroul não cansa de desqualificar os barões que cercam o rei, atacando-os e condenando sua postura maledicente e bajuladora. As referências feitas aos barões estão sempre carregadas de um sentido particularmente negativo, difamador e pejorativo. A iniciar pelos próprios cognomes *felon*<sup>30</sup> e *losengier*<sup>31</sup> adquiridos pelos barões ao longo da narrativa. Tal reputação negativa que os três barões sustentam no reino de Marcos vem principalmente do fato de tentarem incriminar os amantes. O ponto fundamental é que mesmo praticando um ato que aos olhos de qualquer um seria leal e justo, o narrador e todo conjunto dos personagens, com exceção do rei, não vêem nisso dignidade alguma.

Entre os versos 581-637 Béroul apresenta os barões na narrativa, mostrando-nos logo no primeiro verso, que apesar da aparente boa conduta deles, há uma intenção censurável nos atos que praticam:

581-94	A la cort avoit trois barons Ainz ne veïstes plus felons. Par soirement s'estoient pris	A corte tem três barões Antes não vistes maiores traidores. Juraram que
--------	---	---

<sup>27</sup> Para Frappier o termo cortesia, divulgado por volta de 1100, encontra-se em relação com uma vida de corte: “civilidade cheia de elegância e de generosidade, a cortesia implica num refinamento dos modos, na boa educação e engloba também a arte de amar (*fin' amor*)”. Ver FRAPPIER, J. Vues sur les conceptions courtoises dans les littératures d’oc et d’oïl au XII<sup>e</sup> siècle. *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 02, n. 2, 1959, p. 135-156.

<sup>28</sup> Conjunto de instituições que criam e regulam obrigações determinadas de obediência e serviço entre um homem livre e outro homem livre. Cf. LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*. v. 1. Lisboa: Estampa, 1983.

<sup>29</sup> Pois ambos vivem, boa parte da narrativa, influenciados pela ingestão de uma beberagem de amor elaborada pela mãe de Isolda e inicialmente destinada a despertar a paixão entre o rei Marcos e sua filha.

2140	Li lovendrins, li vin herbez : La mere Yseut, qui le bolli, A trois anz d'amistié le fist. Por Marc le fist et por sa fille : Autre en pruva, qui s'en essille. Tant con durerent li troi an,	A beberagem de amor, o vinho ervoso: A mãe de Isolda, que o ferveu, O fez para três anos de amizade. Ela o fez para Marcos e sua filha: Mas outro o provou, desde então é atormentado. Durante os três anos,
2144	Out li vins si soupris Tristan Et la roïne ensenble o lui Que chascun disoit : "Los m'en fui."	O vinho alimentou Tristão E a rainha conjuntamente Qualquer um dizia: “Não estou farto”.

<sup>30</sup> Traidores de seu senhor, conforme os versos 26, 44, 121.

<sup>31</sup> Bajuladores hipócritas, conforme os versos 144, 427, 2566, 3431, 3494.

Que, se li rois de son païs  
 N'en faisot son nevo partir,  
 Il nu voudroient mais souffrir,  
 A lor chasteaus sus s'en traïroient  
 Et au roi Marc gerre feroient.  
 Qar, en un gardin, soz une ente,  
 Virent l'autrier Yseut la gente  
 Ovoc Tristan en tel endroit  
 Que nus hon consentir ne doit;  
 Et plusors foiz les ont veüz  
 El lit roi Marc gesir toz nus.

Se o rei de seu païs  
 Não fizesse seu sobrinho partir,  
 Eles não tolerariam mais,  
 Para seus castelos se retirariam  
 E contra o rei Marcos guerra fariam.  
 Porque, no jardim, sob uma árvore,  
 Viram a bela Isolda  
 Com Tristão em tal situação  
 Que nenhum homem deve consentir;  
 E várias vezes os viram  
 Deitados nus no leito do rei Marcos.

O ponto principal dessa passagem não é o segredo que conhecem da rainha e de Tristão, mas a ameaça explícita que proferem contra o rei, caso ele não aceite resignadamente o que pedem. Nesse contexto, após ouvir o diálogo de Tristão e Isolda sob o pinheiro, o rei decide retomar seu sobrinho junto de si e esquecer as calúnias levantadas contra eles pelos bajuladores. Mas estes não se conformam com a decisão do rei, ameaçando-o abertamente para que concorde com um novo artifício para irá incriminar Tristão.

613-24 "Rois, ce dïent li troi felon,  
 Par foi, mais nu consentiron;  
 Qar bien savon de verité  
 Que tu consenz lor cruauté,  
 Et tu sez bien ceste merveille.  
 Q'en feras tu ? Or t'en conselle !  
 Se ton nevo n'ostes de cort,  
 Si que il jamais ne retort,  
 Ne nos tenron a vos jamez,  
 Si ne vos tendron nule pez.  
 De nos voisins feron partir  
 De cort, que nel poon souffrir.

“Rei, isso lhe dizem os três traidores,  
 Por fé, não consentiremos mais;  
 Porque bem sabemos da verdade  
 Que tu consentes a perversidade deles,  
 E tu sabes bem que isso é espantoso.  
 O que tu farás? Agora reflitas!  
 Se teu sobrinho não expulsares da corte,  
 Para que ele nunca retorne,  
 Não nos terá convosco armados,  
 Então não vos daremos paz.  
 Nossos vizinhos faremos partir  
 Da corte, porque não podemos suportar.

A ameaça dos barões de abandonarem a função que ocupam junto ao rei, não se restringe ao adultério de Tristão, mas abrange a aproximação do rei com seu sobrinho. Apesar deles o acusarem de conivência com o adultério da esposa e do sobrinho, a intenção subjacente é evitar a conciliação iminente entre o rei e Tristão. Em ambas as passagens a postura arrogante dos barões denota um de seus vícios mais desprezíveis: a soberba. Segundo Guerreau-Jalabert, a soberba e a inveja são os vícios que manifestam um interesse exclusivo em si mesmo<sup>32</sup>. No caso, os barões visam antes de tudo, aos seus interesses, querem resguardar a sua própria posição e o controle, mesmo indireto, que exercem sobre o reino e os homens ligados a eles.

Essa atitude presunçosa, artilosa e interesseira que caracteriza a conduta dos barões é ainda agravada quando o narrador anuncia que odeiam Tristão não pelo crime de adultério cometido por ele, mas sim por invejarem<sup>33</sup> suas qualidades cavaleirescas. O ódio que os barões sustentam por Tristão está primeiramente ligado à qualidade cavaleiresca deste: ele é ágil, forte, habilidoso, enquanto os três barões são ridicularizados como covardes<sup>34</sup>. Além disso, há um

<sup>32</sup> GUERREAU-JALABERT, A. A. Caritas y don en la Sociedad Medieval Occidental. *Hispania*, 204, 2000, p. 36.

<sup>33</sup> Vs. 771-74 Li troi baron sont en la chanbre,  
 Tristan par ire an son lit prenent  
 Cuelli l'orent cil en haïne  
 Por sa prooise, et la roïne;

Os três barões estão no quarto,  
 Prendem Tristão em seu leito  
 Aqueles o odeiam  
 Por sua proeza, e à rainha;  
 Quando Morholt veio aqui,  
 Não houve nenhum deles  
 Que ousasse pegar suas armaduras.

<sup>34</sup> Vs. 136-38 Qant li Morhot fu ça venuz,  
 Ou nen i out uns d'eus tot sous  
 Qui osast prendre ses adous.

agravante, pois Tristão sendo sobrinho do rei, além de ser um grande cavaleiro, desfruta de todas as possibilidades de se tornar seu homem mais próximo e até herdar o controle do reino.

O vínculo de fidelidade que deveria ordenar a hierarquia entre os barões e o rei não é eficiente, principalmente, porque o engajamento moral dos barões se desvia do desígnio de honrar e valorizar aquele a quem se está unido pela fé. Bérout nos mostra a soberba como elemento condutor da relação espiritual que os barões mantêm com o rei. Esse vício, imanente aos barões traidores, orienta todas as suas ações e os desviam da finalidade de colaborar solidariamente com o rei. Como a relação não está orientada pelo desprendimento e pela devoção ao próximo, o vínculo desvia-se de sua orientação original e provoca desordem.

Já em relação a Tristão, Bérout sempre destaca suas habilidades, como a proeza<sup>35</sup> e o destemor, minimizando a questão do adultério por ver nela um elemento independente da intenção de Tristão – a beberagem de amor. O que condiciona o desvio de Tristão não é uma falha de caráter ou o acúmulo de vícios incompatíveis com a função que desempenha. A causa de seu desequilíbrio é a beberagem e o desejo de amar Isolda advindo de sua ingestão. No caso, Tristão não está devidamente cumprindo seu devotamento por um elemento exterior que o condiciona seu querer e o impede de viver como um fiel cavaleiro. Sua vontade aparece aqui temporariamente condicionada por uma fatalidade, mas sua intenção permanece intocada. Dessa forma, Bérout apresenta-nos um recurso capital para resguardar o caráter de Tristão, enquanto desmerece os barões.

A mesnada do rei Marcos não vive em plena harmonia e concórdia, principalmente porque há um desvio fundamental em relação a quem se deve servir e quem é o servidor. A submissão do rei à vontade de seu grupo, mesmo que esta vontade o desvie de seus compromettimentos morais, acarreta um grave problema para a configuração da hierarquia desenhada pela ordem feudal, onde as relações de dependência e de solidariedade estão condicionadas ao respeito e à submissão aos homens que representam a alta aristocracia laica, no *Tristan*, a figura do rei Marcos.

As relações de solidariedade e dependência são importantes para a configuração da ordem no reino. É sobre elas que se assenta parte da autoridade do rei. Porém, quando estas relações não se concentram no fim enaltecer e fortalecer o grupo em questão, elas podem provocar um desajuste perigoso à ordem social instituída que, ao invés de legitimá-la, converge para a sua contestação.

Mas o desequilíbrio na corte de Marcos não reside apenas na conduta viciada dos barões. O discurso de Bérout parece orientado a revelar que a dependência irrestrita do rei em relação às solidariedades, mesmo diante de tantos indícios de traição, atesta a inabilidade do mesmo para exercer sua função. O que Bérout questiona potencialmente, não é a insubmissão dos homens ao rei Marcos, mas as inabilidades dele em detectá-la. Apesar da cortesia característica de um alto aristocrata, o rei foi desviado por seus barões e influenciado por eles para agir mal com os outros. Essa facilidade em ser enganado, manipulado<sup>36</sup>, segundo os sabores alheios, é um recurso retórico

<sup>35</sup> Durante toda a narrativa, apenas a Tristão é concedida esta adjetivação (*prooise*). Sua definição literal corresponde à façanha, um ato admirável de difícil execução, no caso parece ser possível somente àquele que dispõe de certas habilidades. Tais habilidades primordiais dizem respeito às qualidades guerreiras intrínsecas ao cavaleiro. A palavra evoca principalmente o destemor, a bravura e a agilidade necessários para o serviço de elite exercido por aquele que maneja as armas. Sem esta virtude essencial, o cavaleiro sucumbe diante da ameaça, primeiro por não controlar seu próprio medo, segundo, em consequência do golpe adversário.

<sup>36</sup>Vs. 86-91 Molt est cortois li rois, mi sire;                   O rei, meu senhor, é muito cortês;  
Ja nu pensast nul jor par lui                   Jamais teria pensado por si  
Q'en cest pensé fuson andui.                   Que nós tivéssemos feito isto.  
Mais l'en puet home desveier :                   Mas o homem pode desviá-lo:  
Faire le mal et bien laisier;                   Fazer o mal e deixar o bem;  
Si a l'on fait de mon seignor.                   Fizeram isso com o meu senhor. (...)  
117-19 .....mon corage                   ...Minha vontade  
..... qu'il fust si sage                   ...Que ele fosse tão sábio  
.....creüst pas losengier                   ...(Não) Acreditasse nos bajuladores (...)

utilizado por Bérout para apontar a incapacidade de Marcos em conjugar os pressupostos morais adequados para ser um bom rei.

Para o período um rei sábio combinava indistintamente sete virtudes que pertenciam a duas ordens diferentes: uma teológica e outra guerreira. O bom rei deveria ter primeiramente a capacidade de resistir a três tentações fundamentais: ao apetite da carne (luxúria, gula), ao apetite dos olhos (curiosidade, avareza) e à ambição terrestre (orgulho). Em contrapartida, deveria congrega três virtudes teológicas (fê, esperança e caridade) e quatro virtudes cardeais (força, justiça, magnanimidade e prudência)<sup>37</sup>.

Pela falta de prudência<sup>38</sup> o rei Marcos não consegue aprender com a experiência acumulada para fazer um juízo claro e sensato das coisas que acontecem ao seu redor. Mesmo havendo alguns conselhos que o conduzam para a boa governança, sua cegueira aparente e sua oscilação de caráter o tornam cruel e impetuoso, chegando ao desatino de condenar Tristão e Isolda, sem oferecer-lhes um julgamento digno.

Nessa circunstância de desordem sócio-moral, a fragilidade da figura real demanda um corpo de aliados e afins que suprimam suas deficiências. Mas não é qualquer corpo de afins. Estes devem ter suas posturas orientadas pelo comprometimento às obrigações juradas e devem intimamente consentir à submissão. Bérout destaca o relacionamento entre Tristão e o rei, sobretudo, porque após o enfraquecimento da beberagem, Tristão recobra a consciência de seu compromisso com rei e deseja espontaneamente voltar a servi-lo e defendê-lo. Enquanto os barões permanecem almejando a conquista de um maior prestígio, usando as deficiências do rei ao seu favor.

Na moralidade da vida de corte somente a intenção garante a isenção da ação. Esse crescente apelo aos princípios morais que conduzem a vida do homem esteve presente nos debates teológicos do século XII. Como nos mostra Hunt, a Escola de Laon teve papel importante na disseminação da moral da *intentio* e do *consensus*, que Abelardo fez o favor de estender e aperfeiçoar<sup>39</sup>. Não é possível dizer certamente que Bérout leu Abelardo, “mas ele se inscreve em um contexto ideológico tão bem ilustrado pelas canções cortesias quanto *Scito te ipsum*”<sup>40</sup>.

Nesta perspectiva, o papel que adquire o compromisso íntimo alicerçado na afeição fraternal e na caridade, colabora para a interiorização progressiva da noção de pecado, elucidando em contrapartida, o que é e o que não é permitido em uma relação. Essa tendência a reforçar o aspecto interno das relações e a consciência das responsabilidades foi adaptada por Bérout, que inseriu na trama as vicissitudes da vida nos círculos cavaleirescos.

---

<sup>37</sup> BEAUNE, C. Les monarchies médiévales. In: BERNÉ, Y-M. *Les monarchies*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 99-101.

<sup>38</sup> O designativo *fol/fous* (desarrazado) é empregado em várias passagens para qualificar o rei. Como um rei pode deliberar “sem razão”, de que forma ele pode alcançar a lucidez para discernir sobre dada situação se for desarrazado?

<sup>39</sup> “Abelardo firmemente abraça uma ‘subjetividade’ próxima à moralidade em reação ao excessivo objetivismo com o qual se via o pecado: ação externa que dentro de uma estrutura legalista era considerado uma transgressão. Para Abelardo o pecado residia numa decisão interna, feita livremente e no conhecimento do desejo divino. A maldade ou a bondade das ações dependia do grau de acordo com o desejo divino”, cf. HUNT, T. *Abelardian ethics...*, *op. cit.*, p. 510-511.

<sup>40</sup> “*Ethica sive scito te ipsum*” título original da “Ética ou conhece-te a ti mesmo” composta por Abelardo entre 1133-1140. PAYEN, J-C. *L’abelardisme et les littératures romanes au XII<sup>e</sup> siècle*. In: JOLIVET, J. et al. *Pierre Abélard et Pierre Vénéralbe*. Actes du Colloque de Clunay sur Abélard e Pierre le Vénéralbe, juí. 1972. Paris: s/e, 1975, p. 513.